



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 210ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Sala de reuniões – 8º andar, Rua Esteves Júnior, 160, Florianópolis/SC.
CEP 88015-130

DATA: 18 de maio de 2017

HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Murillo Ronald Capella, Adriano Carlos Ribeiro, Fábio Gaudenzi Faria, Paulo Orsini, Grace Ella Berenhauser, Fábio de Souza, Nardele Juncks, Lisete Contin, Raquel Ribeiro Bittencourt, Clécio Antonio Espezim.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Celso Luiz Dellagiustina (Itajaí); Carlos Alberto Justo (Florianópolis); Nédio Luiz Conci (Chapecó); Diogo Copetti (Maracajá); Kamille Sartori Beal (Capinzal); Ivone Usula da Luz (Guaramirim); Sueli de Oliveira (Rio do Sul).

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 209ª de 20 de abril de 2017.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 210ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a coordenação do Coordenador da CIB/ COSEMS Maria Regina de Souza Soar, Vice Presidente do COSEMS. Coordenou a reunião pela SES, o Secretário Adjunto de Estado da Saúde, Murillo Ronald Capella. A Coordenadora da CIB/COSEMS, Maria Regina de Souza Soar, solicitou a inclusão de dois itens em 'Discussão e Encaminhamentos' – Campanha de Cirurgias Eletivas e Cofinanciamento da Atenção Básica.

1 DELIBERAÇÕES

2 a) PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS, AJUSTES

3 A CIB APROVOU a revisão das transferências de gestão de gestão,
4 remanejamentos, ajustes e alterações de fluxos de referências. Maria Regina de
5 Souza Soar, Coordenadora da CIB/Cosems, solicita a exclusão dos itens 3.2 e
6 3.3 da Planilha da PPI. Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação, cita
7 que esses dois itens foram incluídos na planilha de maneira equivocada.

8

9 b) SAMU: DESABILITAÇÃO E REMANEJAMENTO

10 Os municípios de Saudades e Itaiópolis estão com os SAMUs desabilitados,
11 respectivamente pelas Portarias nº 2.175, de 24 de dezembro de 2015 e Portaria



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

12 nº 1.599, de 1º de setembro de 2016, e o Município de Santa Helena interrompeu
13 as atividades do SAMU, conforme ofício nº 18/17, manifestando interesse na
14 devolução do veículo junto a CIR e Gerência do SAMU. Em virtude da constante
15 manutenção dos veículos que alguns municípios têm relatado, e após análise da
16 Gerência do SAMU, com aprovação na Câmara Técnica de Regulação, a CIB
17 **APROVOU** à realocação dos veículos de Saudades e Santa Helena, para os
18 Municípios de Chapecó e Palhoça respectivamente. Ambas, como reserva
19 técnica. E a SES informou a transferência da unidade do SAMU do Município de
20 Itaiópolis, pertencente à Secretaria de Estado da Saúde, (Deliberação 055/CIB
21 16) para a Região Norte/Nordeste no Município de Mafra como Unidade de
22 Suporte Avançado. Maria Regina de Souza Soar cita que Deyse Hames, técnica
23 do SAMU estadual esteve na reunião prévia da CIB para apresentar esta
24 proposta. E solicita que esses assuntos do SAMU passem pela Comissão do
25 SAMU, embora o plenário aprove a proposta apresentada hoje. Maria Regina de
26 Souza Soar cita ainda, que há muitas situações a serem discutidas sobre o
27 SAMU e estão sendo encaminhadas sem passar por essa Comissão, inclusive
28 sobre a gestão da SPDM. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de
29 Itajaí, refere que conhece o SAMU desde a implantação em 2005 e funcionou
30 bem até 2007 quando, cita, as coisas começaram a sair dos trilhos. E
31 desandaram quando foi terceirizada somente uma parte do SAMU. O Estado
32 terceirizou as Centrais de Regulação do SAMU e as Unidades de Suporte
33 Avançado – USA. O problema principal está nas unidades dos municípios, nas
34 USBs, de responsabilidade dos municípios. Com isso, refere Celso Dellagiustina,
35 o Estado ficou com dois SAMUs, dificultando a renovação da frota, considerando
36 que os municípios não fazem a gestão. Acredita que uma política de estado não
37 pode ser desmotivada por uma questão de gestão. Clécio Antonio Espezim,
38 Chefe de Gabinete, lembra que há uma Câmara Técnica de Regulação, que
39 discutiu amplamente esse assunto apresentado. Concorda que todos os
40 assuntos pertinentes ao SAMU passem pela Câmara Técnica de Regulação.
41 Maria Regina de Souza Soar reforça que o SAMU deva passar pela Comissão do
42 SAMU antes da Câmara Técnica de Regulação.

43

44 c) **PROTOCOLOS DE ACESSO: III LOTE DE PROTOCOLOS**

45 A CIB **APROVOU** o terceiro lote de Protocolos de Acesso a serem utilizados pela
46 Atenção Primária à Saúde (APS), Estratégia Saúde da Família, Equipe Saúde
47 Bucal e por todas as Centrais de Regulação Ambulatoriais do Estado de Santa
48 Catarina, das seguintes especialidades: **Especialidades médicas clínicas e**
49 **cirúrgicas:** Transplante Renal, Dermatologia – Hanseníase, Homeopatia,
50 Reabilitação, Cirurgia Plástica/Ortopedia - Plexo Braquial. **Especialidades**
51 **Pediátricas:** Nefrologia, Infectologia, Reumatologia, Buco-maxilo-facial e
52 **Exames:** cateterismo Cardíaco e Pulmonar, Cintilografia Miocárdica. Os
53 protocolos estarão em anexo a esta Deliberação.

54

55 d) **HPV: CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA O HPV**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

56 A CIB **APROVOU** a realização durante o mês de junho de 2017 um período de
57 intensificação da vacinação contra o HPV em parceria com as secretarias de
58 educação. Conforme informações referidas por Vanessa Silva, Gerente de
59 Imunização, será realizada a avaliação da carteira de vacina das meninas de 9 a
60 14 anos de idade e dos meninos de 12 e 13 anos de idade, encaminhado aos
61 pais e responsáveis uma carta de esclarecimento e solicitado autorização para
62 imunizar aqueles que estiverem com a vacina em atraso. Será efetuada a
63 vacinação dos adolescentes nas escolas e, reavaliar a cobertura na próxima
64 reunião da CIB.

65

66 e) **RATIFICAÇÕES DE ORDEM DE SERVIÇO E CONCLUSÃO DE OBRA**

67 A CIB **APROVOU** os certificados de conclusão de obra dos Municípios de
68 Irineópolis, Ouro, Botuverá, Ipira e a Ordem de Serviço de Sangão.

69

70 f) **FINANCIAMENTO FEDERAL: EMENDAS**

71 A CIB **APROVOU** a solicitação de financiamento federal dos Municípios de: São
72 Lourenço do Oeste, Joinville, Araquari, Major Vieira, Tres Barras, Palmitos,
73 Mafra, Porto União, Rio Negrinho, Canoinhas, Siderópolis Baln. Barra do Sul e
74 Içara. Adriano Ribeiro, Superintendente de Planejamento e Gestão, menciona
75 que as emendas parlamentares, encaminhadas para aprovação nesta reunião da
76 CIB, foram avaliadas pela Superintendência de Planejamento e são de custeio.
77 Cita ainda, que a Superintendência de Planejamento avaliará as emendas de
78 média e alta complexidade, que constam aquisição de equipamentos. Maria
79 Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, lembra
80 também dos convênios, que ficou combinado na Câmara Técnica de Gestão, que
81 a SES traga um fluxo para ser discutido e formalizado para os convênios e
82 emendas. Que muitos equipamentos de convênios e emendas continuam
83 encaixotados, por impossibilidade de implantação do serviço. Adriano Ribeiro
84 lembra que os convênios citados são os federais, porque os estaduais já existem
85 portaria que normatizam. Mas, Maria Regina de Souza Soar insiste em que o
86 fluxo de todos os convênios venha para Câmara Técnica.

87

88 g) **TRANSFERÊNCIA DE GESTÃO: PACTO DE GESTÃO**

89 A CIB **APROVOU** o prazo para as transferências de gestão, dos serviços sob
90 gestão estadual e que já deveriam ter sido assumidos pelos municípios, de
91 acordo com o Pacto de Gestão. A SES estabelece um prazo até o dia 01 junho
92 de 2017 para que os municípios assumam a gestão de seus dos prestadores de
93 serviço em questão e que após esta data, não havendo a manifestação dos
94 municípios, as unidades serão passadas para a Gestão Municipal de forma
95 compulsória; A Gerência de Controle e Avaliação – GECON/SES realizará o
96 cálculo para definir o Teto Financeiro a ser remanejado da Gestão Estadual para
97 a Gestão Municipal do município e a Gerência de Programação de Saúde -
98 GEPRO/SES dará apoio com relação aos sistemas de informação (Sistema de
99 Informações Ambulatorial – SIA), Cadastro Nacional de Estabelecimentos de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

100 saúde – CNES e Ficha de Programação Orçamentária – FPO. Este tema foi
101 deliberado na reunião da CIB de 23 de março de 2017.

102

103 **h) PORTA DE ENTRADA DE LAGES**

104 A CIB **APROVOU** o remanejamento do custeio de Porta de Entrada I do Hospital
105 Tereza Ramos do Município de Lages para o Hospital de Caridade Coração de
106 Jesus do Município de São Joaquim, no valor de R\$ 100.000,00 mensais,
107 conforme o Plano de Ação Regional da Rede de Urgência e Emergência da Serra
108 Catarinense. Esse remanejamento foi aprovado pela CIR da Serra Catarinense e
109 pela área técnica de Regulação da SES.

110

111 **i) PORTA DE ENTRADA DE MAFRA**

112 Considerando o estabelecido na Portaria 2395 de 11 de outubro de 2011, o
113 Hospital São Vicente de Paulo de Mafra possui 104 leitos, de acordo com o
114 CNES, para atender uma demanda populacional que abrange 13 municípios com
115 cerca de 400 mil habitantes que necessitam da cobertura assistencial, além de
116 possuir habilitação em alta complexidade em Traumatologia e Ortopedia (Portaria
117 SAS/MS 1125 de 19 de setembro de 2016), a CIB **APROVOU** a inclusão do
118 Hospital São Vicente de Paulo de Mafra, como porta de entrada tipo I na Rede
119 de Urgência e Emergência – RUE do Estado de Santa Catarina.

120

121 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

122 **– CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS**

123 Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, cita
124 que o Secretário de Estado da Saúde, Vicente Caropreso, mencionou na última
125 reunião da CIB, que lançaria a Campanha de Cirurgias Eletivas quando tivesse a
126 garantia do recurso e o Cosems questiona a posição da SES nesse sentido.
127 Murillo Ronald Capella, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, refere que o
128 Secretário de Estado da Saúde esteve com o Governador do Estado para
129 falarem sobre a Campanha de Cirurgias Eletivas e coloca que a posição continua
130 a mesma: 'de lançar a Campanha de Cirurgias Eletivas quando obtiver a garantia
131 do recurso o que ainda não há'. O Secretário de Estado da Saúde também tem
132 um encontro previsto com o Ministro da Saúde, mas, lembra que a situação
133 conturbada em que o país se encontra, pode interferir na agenda. Mas, ressalta
134 que a Secretaria deseja estimular essa Campanha e estimular o pagamento de
135 tudo que se deve, no compromisso com os pagamentos atrasados. Ademar José
136 Machado Filho, Gerente Financeiro da SES, com relação às cirurgias eletivas
137 pregressas, de 2016, cita que está sendo vista a possibilidade de alocação de
138 recurso via Fundo Social; o mesmo Fundo que foram saldadas algumas dívidas
139 de 2015. Maria Regina de Souza Soar ressalta que, em uma reunião com o
140 Ministério Público, a Superintendente de Regulação, Karin Geller, informou que o
141 Secretário de Estado da Saúde, Vicente Caropreso, lançaria a Campanha de
142 Cirurgias Eletivas, hoje, nesta reunião da CIB. E lá foi colocada como fonte de
143 recurso para a Campanha, a fonte 116 e, fonte 116 é Fundo Social. Murillo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

144 Ronald Capella coloca que não está sendo cumprido o que foi dito no Ministério
145 Público, por absoluta falta de recurso. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal
146 de Saúde de Itajaí, refere, respeitosamente, que os municípios também estão
147 com falta de recursos. E, nesse momento de crise, todos precisam encontrar
148 soluções. Coloca ainda que a representante da Secretaria de Estado da Saúde
149 colocou ao Ministério Público, a situação da Campanha de Cirurgias Eletivas
150 após a Portaria MS 690 e que nessas colocações, nos esclarecimentos dos
151 recursos, havia um saldo de recurso de 20 milhões que foram repassados aos
152 municípios plenos. E o Estado, recebeu 10 milhões do Ministério da Saúde,
153 repassados ao Fundo Estadual e, não foi explicado em que o Estado aplicou. A
154 segunda questão foi a possibilidade de utilização do recurso repassado pela
155 ALESC, para pagamento de dívidas atrasadas pela SES. Dos recursos
156 repassados pela ALESC, foram pagos para o Hemosc e Cepon e para
157 pagamentos de atrasados de hospitais e não para as cirurgias eletivas de acordo
158 com a destinação prevista. Ademar José Machado Filho cita que os recursos
159 foram utilizados para pagamento de atrasados e cita ainda que na próxima
160 reunião, pode trazer a aplicação dos 10 milhões de reais e os gastos com as
161 cirurgias eletivas. Maria Regina de Souza Soar cita que o Estado cobra contas
162 dos municípios e o Estado não presta contas. E refere que o Estado também
163 recebeu recurso federal no Fundo Estadual, similar ao ocorrido com os
164 municípios plenos e que tiveram que prestar contas. Solicita que essa prestação
165 de contas vá para a Câmara Técnica de Gestão, antes de vir para a CIB. E cita
166 ainda que sabe que o recurso repassado pela ALESC, para o Fundo Estadual,
167 para pagamento de cirurgias eletivas, foi utilizado para pagamentos dos
168 incentivos dos hospitais e outras pendências da SES. E esses incentivos teriam
169 que ser pagos com fonte 100, de acordo com a pactuação, instituído na
170 Deliberação da época. Murillo Ronald Capella cita que essas questões colocadas
171 aqui serão saldadas. Clécio Antonio Espezim menciona que a responsabilidade é
172 das três esferas de governo e cita que a SES prima pelas informações. Com
173 relação às cirurgias eletivas, concorda com a fala do Secretário Adjunto de
174 Estado da Saúde, em que serão saldadas todas essas questões colocadas.
175 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação, refere que se prontifica a
176 elaborar a prestação de contas da utilização dos 10 milhões de reais, juntamente
177 com o Gerente Financeiro da SES, para ser apresentada na próxima reunião da
178 CIB. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Itajaí, concorda que o
179 Secretário de Estado da Saúde afirme que lançará a Campanha somente com a
180 garantia do recurso. O que discorda é que um representante da Secretaria
181 informe a data do lançamento da Campanha e que essa informação foi levada
182 aos municípios e ao Ministério Público da região correspondente, sendo que a
183 informação era equivocada. Celso Dellagiustina lembra que a Campanha de
184 Cirurgias Eletivas, aqui em Santa Catarina, foi uma decisão estadual, de se
185 realizar com recurso estadual. E que espera a prestação de contas de quantas
186 cirurgias eletivas foram realizadas com os 10 milhões citados, que foram
187 repassados do Ministério da Saúde para o Fundo Estadual.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

188

189 – **COFINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA**

190 Ademar José Machado Filho, Gerente Financeiro da SES, informa que até março
191 de 2017, foram efetuados os pagamentos do Cofinanciamento referentes aos
192 meses de novembro de dezembro de 2016. Maio de 2017 será pago a farmácia
193 básica referente ao mês de janeiro/2017. E há um calendário com o pagamento
194 mensal do Cofinanciamento referente a 2017. Maria Regina de Souza Soar
195 questiona o valor das parcelas do Cofinanciamento, se as mesmas estão
196 corrigidas. Maria Regina solicita que a SES faça um calendário com o pagamento
197 das diferenças do incremento do Cofinanciamento. O Gerente Financeiro da SES
198 trará na próxima reunião da CIB. Maria Regina cita que no calendário
199 apresentado estão os pagamentos do Sistema Prisional, NASF, PROCIS, CEO,
200 com três meses de atrasos. Celso Dellagiustina reitera a questão do pagamento
201 do Cofinanciamento, se o mesmo será pago com o reajuste, conforme o
202 pactuado. Reforça que a SES deve apresentar uma proposta concreta dos
203 valores dos pagamentos. Maria Regina finaliza, colocando que a SES pague o
204 Cofinanciamento com o valor pactuado na última Deliberação. Carlos Alberto
205 Justo, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, coloca uma questão “ou
206 fazemos reunião da CIB ou vamos à Secretaria de Estado da Fazenda ver o que
207 a Fazenda pode repassar para a Saúde.” Acredita que a Secretaria da Fazenda
208 pode questionar os prazos de pagamentos, mas não pode negar o que deve.
209 Ressalta que não é possível a Fazenda fazer a gestão do que é decidido aqui na
210 reunião da CIB.

211

212 **HOMOLOGAÇÕES**

213 Não houve Deliberações a serem homologadas.

214

215 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

216 – Recebidos documentos de Emendas Parlamentares de Municípios; Habilitação
217 de Portas de Entrada de Mafra e de Lages.

218

219 **INFORMES**

220 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

221 A Gerência de Auditoria encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês de
222 abril de 2017, em andamento ou concluídas em seus municípios.

223

224 b) **RELATÓRIO DE ATENÇÃO BÁSICA**

225 A Gerência da Atenção Básica encaminhou as planilhas com os processos em
226 andamento na Gerência de Atenção Básica, para que os gestores conheçam os
227 processos de seus municípios.

228

229 c) **ENCONTRO DE CONTAS DAS CIRURGIAS ELETIVAS**

230 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação, apresentou o encontro de
231 contas das cirurgias eletivas dos Municípios Plenos. Sugerido pelo Plenário que a



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

232 SES traga o encontro de contas da gestão estadual, na próxima reunião da CIB,
233 esclarecendo a aplicação dos 10 milhões de reais, repassados pelo Ministério da
234 Saúde ao Fundo Estadual, para pagamento de cirurgias eletivas.

235

236 **d) PUBLICIZAÇÃO DAS FILAS**

237 Decka Cortese, Gerente dos Complexos Reguladores, por fim, apresenta o
238 cronograma dos Eventos Macrorregionais de Regulação 2017, onde serão
239 apresentadas as ações estruturantes da Política Estadual de Regulação descritas
240 na Deliberação CIB nº 82/17 e que visam à qualificação das ações regulatórias e
241 a efetivação da Lei Estadual nº 17.066, de 11 de janeiro de 2017, que dispõe
242 sobre a publicação das filas de espera do Sistema Único de Saúde (SUS) na
243 internet. Informa ainda que, a publicização das filas será gradativa, ocorrendo 30
244 dias após a realização dos eventos em cada Macro, já que nestes eventos os
245 Municípios e os demais envolvidos no processo serão capacitados. Arion Bet
246 Godoi, gerente da Central Estadual de Regulação de Internações Hospitalares,
247 reforça que será exposta uma nova dinâmica na regulação das internações
248 hospitalares, com a utilização do sistema, no módulo hospitalar, também para a
249 gestão das filas de Cirurgias Eletivas. Decka Cortese explica que para dar
250 atendimento a Lei Estadual nº 17.066/2017 a SES/SUR - Superintendência de
251 Serviços Especializados e Regulação em parceria com a SES/GETIN - Gerência
252 de Governança em Tecnologia da Informação, criou uma ferramenta *webservice*
253 para divulgar as referidas filas na internet, onde todos os municípios que fizerem
254 adesão ao SISREG estarão sendo contemplados e terão suas filas
255 automaticamente publicadas, desta forma, não terão necessidade de investir na
256 compra de soluções informatizadas/softwarewares para atender esta demanda. Os
257 municípios receberão login de acesso ao WEBSservice para publicização das filas
258 e serão treinamentos nos referidos Eventos Macrorregionais.

259

260 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
261 assinada por mim e pelos Coordenadores.

262

263

Florianópolis, 18 de maio de 2017.